

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 123.^a Sessão (Extraordinária)
Realizada em 16 de agosto de 1971 — (Segunda-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Deputados Ivo Tomazoni e Domicio Scaramella.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Wilson Fortes — Antônio Costa — Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Quielse Crisóstomo — Domicio Scaramella — Rosário Pitelli — Acyr José — Aguinaldo Pereira Lima — Antonio Belinati — Antonio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Armário Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga — Cortes — Fuad Naci — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — Igo Losso — João Fadel — João Mansur — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Muggiati Filho — Nival Krüger — Odilon Reinhardt — Ovidio Franzoni — Paulo Poli — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (38); achando-se ausentes, os Senhores Deputados: Alvaro Dias — Antônio Maciel — Cândido Martins de Oliveira — David Federmann — Francisco Escorsin — Paulo Camargo — Pinto Dias — Sebastião Rodrigues Júnior e Santos Lima (9).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SENHOR PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SENHOR 2.^o SECRETÁRIO — procedo à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SENHOR PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 38 Senhores Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 37-71, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 213-69, de autoria do Senhor Deputado Luiz Malucelli, que transfere ao D.E.R., para conservação e melhoria, as estradas que servem a "Colônia Witmarsun", ligando a BR-277 e a Rodovia do Café. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. Em votação. — Mantido o veto, rejeitado o projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 17, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 39-71.
Levanta-se a sessão.

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 124.^a Sessão Ordinária
Realizada em 16 de Agosto de 1971 — (Segunda-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Antônio Costa secretariada pelos Senhores Deputados Ivo Tomazoni e Domicio Scaramella.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: — Wilson Fortes — Nelson Buffara — Antônio Costa — Ivo Tomazoni — Quielse Crisóstomo — Domicio Scaramella — Rosário Pitelli — Acyr José — Antônio Maciel — Aguinaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga, Côrtes — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — Igo Losso — João Fadel — João Mansur — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Muggiati Filho — Nivaldo Krüger — Odilon Reinhardt — Ovídio Franzoni — Paulo Poli — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (39); achando-se ausentes os Senhores Deputados: — Álvaro Dias — Cândido Martins de Oliveira — David Federmann — Francisco Escorsin — Paulo Camargo — Pinto Dias — Sebastião Rodrigues Júnior e Santos Lima (8).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SENHOR 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. EMÍLIO CARAZZAI — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de quorum para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere. O Sr. 1.^o Secretário procederá a chamada dos Srs. Deputados para verificação de quorum.
(É feita a chamada)

27 Srs. Deputados responderam à chamada. Há número para prosseguimento da sessão.

O Sr. 1.^o Secretário procederá à leitura do Seguinte

E X P E D I E N T E

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Sr. Deputado Arthur de Souza, solicitando dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Resolução n.º 15-71.

SENHOR PRESIDENTE:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário,

R E Q U E R regime de urgência para votação do Projeto de Lei n.º 11-71, que declara de Utilidade Pública a "Escola 29 de Março", de Curitiba.

Sala das Sessões em 16 de agosto de 1971.

(a) **Igo Losso** —

R e q u e r i m e n t o

Sr. Presidente:

O Deputado que este subscreve **REQUER**, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o plenário, seja transcrito nos Anais da Casa a **CARTA DE CAMBORIÚ**, documento que retrata, com fidelidade, as altas decisões de interesse comum das Assembleias Legislativas do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, adotadas em clima de superior entendimento e harmonia, evidenciadoras da sensibilidade das realidades que as envolvem como forças representativas do regime.

Outrossim, solicita que da decisão da Casa seja oferecido conhecimento às presidências dos Legislativos co-irmãos, para os devidos fins e efeitos.

Sala das sessões, em 16 de agosto de 1971.

(a) **Ivo Tomazoni**

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n.º 133-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Art. 1.º — Fica revogado o parágrafo 1.º do Artigo 5.º, da Lei n.º 4.946, de 31 de outubro de 1964.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1971.

(a) **Nivaldo Krüger**.

JUSTIFICATIVA

O parágrafo 1.º, do art. 5.º, da Lei n.º 4.946, de 31 de outubro de 1964, determina que nenhuma pensão concedida pelo Estado, poderá ser inferior a Cr\$ 10,00, nem superior a Cr\$ 178,00. Ao ser elaborada, na época, por este Legislativo o "quantum" nela fixado correspondia aos índices do custo de vida imperantes em nosso Estado. Hoje, decorridos 7 anos, verifica-se que já não mais atende ao fim pelo qual foi fixado, principalmente por que houve, de lá para cá, uma elevação do custo de vida de aproximadamente 150 por cento. E assim continuará, enquanto persistir a inflação em nossa economia. Daí entendermos, para melhor técnica legislativa e critérios mais humanos, de revogarmos o supra citado parágrafo da Lei n.º 4.946, a fim de que se atinja aos fins beneméritos, daquele documento legal.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Não há oradores inscritos para o Pequeno Expediente. No Grande Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que me traz à Tribuna, é o dever de dar conhecimento à Casa dos resultados obtidos na realização do I.º Encontro Regional dos Presidentes das Assembleias Legislativas do Sul do País.

O conclave organizado e convocado pelo sr. Nelson Predine, Presidente da Assembléa Legislativa do Estado de Santa Catarina, reuniu no Balneário de Camburiú, de 13 a 15 do corrente mês, os Presidentes das Assembléas Legislativas de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Também se fizeram presentes àquêlê 1.º Encontro, Deputados componentes das Mesas Diretoras dos quatro Legislativos Estaduais dos Estados mais meridionais.

Do programa constava, além dos contatos mais de ordem social, como, por exemplo, aquêles martidos pelas delegações com o sr. Governador de Santa Catarina, engenheiro Colombo Salles, estudos comparados das Constituições e do Regimento Interno das Assembléas dos Estados participantes, discussão dos aspectos administrativos das Assembléas Legislativas, além do fórum de debates. Discutiu-se também da possibilidade da reunião em Brasília, do contato com S. Exa. Sr. Presidente da República.

A Delegação do Paraná, que foi chefiada pelo Sr. Deputado Presidente Wilson Fortes, contou ainda com a presença do Deputado 1.º Secretário, do sr. 2.º Secretário Quielise Crisóstomo da Silva, das Lideranças do MDB e ARENA, respectivamente Nivaldo Krüger e João Mansur, e do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, Presidente da Comissão de Reforma o Regimento Interno, da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná.

A Delegação paranaense, além de haver participado de tôdas as Comissões encarregadas de estudo e do debate da matéria submetida à consideração do Plenário, compareceu ao encontro com duas teses, uma delas de autoria da Presidência desta Assembléa Legislativa do Estado, que, discutida, foi aprovada por unanimidade pelos Srs. Participantes.

A tese, para conhecimento do Plenário, e para que conste dos Anais desta Casa, tem a seguinte redação:

(Lendo): — "Tese que propõe à consideração do ilustre Plenário dêste Encontro de Presidentes dos Legislativos da Região Sul e Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio do seu Presidente, Deputado Wilson Fortes, adiante assinado.

I — O PROBLEMA

A erosão que se verifica no elenco de competências por muito tempo conferidas ao Poder Legislativo Estadual, como resultado do concurso de fatores simultaneamente operantes, é fenômeno cujas implicações se fazem sentir na hora que passa, em termos de preservação do sistema democrático de governação.

A peça essencial do regime político, abraçado desde os albores da República, consiste na manutenção e busca de aperfeiçoamento do justo equilíbrio entre os poderes estatais, funcionalmente independentes, porém harmônicos entre si.

Na medida em que há o esvaziamento de funções cometidas em razão da natureza institucional, a cada um dêles, compromete-se a ordem assim pré-estabelecida, em prejuízo da própria imagem original do Estado.

Tal é o que se registra, sem maior análise, no decurso do processo de reformas constitucionais recentes, em que o Poder Legislativo, especialmente o estadual, sofre drásticas restrições na sua esfera de ação, sendo de se temer, em determinadas circunstâncias, a eclosão de tensões e conflitos internos, em prejuízo do fortalecimento do Estado.

II — SOLUÇÃO

A questão, brevemente enunciada no tópico anterior, empolgou os Legislativos Estaduais, bem assim o Congresso Nacional, embora as soluções, elocubradas em atmosfera de certa maneira passional, não se revestam de condições de viabilidade, pelo menos a curto prazo, e, por essa razão, não catalizem o apoio da maioria dos parlamentares, muito menos de setores decisivos da opinião política.

Parece-nos que o encaminhamento da solução deve seguir os trâmites e

conjuntura institucionais para atingir o ponto nuclear da questão, a partir do qual a ação conjugada dos Legislativos interessados produzirá os frutos desejados.

Trata-se de recuperar uma prerrogativa histórica e politicamente reconhecida como integrante dos Legislativos Estaduais, qual seja, a de iniciar o procedimento de reforma da Constituição Federal.

Por essa via, a da revisão do texto constitucional federal, que no esquema federativo em vigor, tem irresistível força modelar, obter-se-á a gradativa devolução de competências essenciais ao exercício da tarefa legislante.

Há, para tanto, o apoio da tradição constitucional pátria, na espécie, que desde a Constituição de 1824 até a de 1967, veio sistematicamente consagrar a possibilidade dos Estados participarem no processo de reforma da Magna Carta, já que a Constituição de 1937, a única que omitiu o poder de emendar, é uma exceção global na própria tradição invocada.

As citações seguintes comprovam o que se vem sustentando:

a) Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1.891: "Art. 90 — A Constituição poderá ser reformada, por iniciativa do Congresso Nacional ou das Assembleias dos Estados.

§ 1.º — Considerar-se-á proposta a reforma, quando, sendo apresentada por uma quarta parte, pelo menos, dos membros de qualquer das Câmaras do Congresso Nacional, for aceita em três discussões, por dois terços dos votos em uma e em outra Câmara, ou quando for solicitada por dois terços dos Estados, no decurso de um ano, representando cada Estado pela maioria de votos de sua Assembleia".

b) Constituição Federal de 16 de julho de 1.934: "Art. 178 — A Constituição apresentada pela quarta parte, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, ou por mais da metade das Assembleias Legislativas dos Estados, no decurso de dois anos, manifestando-se cada uma delas pela maioria dos seus membros.

d) Constituição Federal de 24 de janeiro de 1.967: "Art. 50 — A Constituição poderá ser emendada por proposta:

- I —
- II —
- III — de Assembleias Legislativas dos Estados.

§ 4.º — Será apresentada ao Senado Federal a proposta aceita por mais de metade das Assembleias Legislativas dos Estados, manifestando-se cada uma delas pela maioria dos seus membros".

É verdade que praticamente não se utilizou a faculdade, mas o desuso se explica pelas condições satisfatórias que os diplomas constitucionais anteriores concediam aos Legislativos Estaduais.

Agora, porém, que as dificuldades comuns convidam a uma união em torno de reivindicações perante o Poder Central, certamente os órgãos interessados, uma vez obtida a restauração da vigência do dispositivo constitucional focalizado, somarão esforços objetivando exercitar aquela faculdade, segundo os reclamos da instituição.

III — PROPOSTA

Entendendo-se como real e indistigável a existência do PROBLEMA da "diminuição" do Poder Legislativo Estadual, e como urgente e necessária para a defesa do regime e da ordem estatal uma SOLUÇÃO variável e portadora de possibilidades de concretização, dentro dos mecanismos de ação política consentâneos com a legalidade vigente, o Poder Legislativo do Estado do Paraná.

P R O P O S T A :

II — Que este Encontro se pronuncie no sentido de pleitear a restauração, da Magna Carta, do poder de emenda concedido aos Estados pelas Constituições de 1.824, 1.934, 1.946 e 1.967:

II — Que a questão integre o temário da Reunião de Brasília, para decisão em nível nacional.

III — Que da presente proposta se dê conhecimento aos Podêres Legislativos da União e dos Estados.

Camboriú, agosto de 1.971.

(a) Wilson Fortes.

O SH. IVO TOMAZONI — Esta tese, apresentada pela Banada do Paraná no I Encontro Regional de Presidentes, em Santa Catarina, teve a aprovação unânime dos seus membros, naquele concíave e, em consequência, passou a integrar o temário da próxima reunião de Brasília. Foi apresentada também, naquele encontro, tese do Deputado Antonio Lopes Júnior, transformada em moção, no sentido de propor a realização anual de Encontro de Representantes dos Legislativos Estaduais, e que também teve a aprovação unânime daquele concíave.

E nos considerando que o representante paranaense inseriu na sua moção, bem diz do interesse que tem o Legislativo do Paraná na luta, já em desenvolvimento, no sentido de sensibilizar os legisladores, para que as Casas de Leis tenham atribuições dilatadas, com responsabilidades maiores na participação da luta em prol do desenvolvimento nacional. Várias Comissões se compuseram naquele encontro, que tiveram a finalidade precipua de, cada uma delas, emitir parecer aos assuntos que constavam da agenda do quorum de debates.

A Comissão de Estudos Comparados, assim como a Comissão Executiva Estadual, desenvolveu trabalhos e concluiu que, permanentemente, os legislativos devem manter contatos, no sentido de dar informações do comportamento na aplicação dos dispositivos constitucionais, no seu comportamento e no valor que devam representar para a vida dos Parlamentos.

A Comissão de Estudos Comparados do Regimento Interno, Comissão que este Deputado teve a honra de presidir, concluiu:

Considerando o princípio de simetria dos poderes, consagrado na Constituição Federal; Considerando que o Congresso Nacional promove a reforma dos Regimentos da Câmara, do Senado e do Congresso Nacional, é prudente que qualquer tentativa de uniformização dos regimentos das Assembleias Legislativas proceda à aprovação dos regimentos da Câmara, do Senado e do Congresso Nacional, concluiu.

Aguardar a promulgação dos Regimentos, da Câmara, do Senado e do Congresso, para que uma comissão interparlamentar, composta de dois membros, e cada membro participante do concíave, elabore e proponha um projeto a ser estudado.

Pósto em discussão o projeto, concluiu-se que o trabalho desenvolvido pela Assembleia Legislativa de Sta. Catarina, e que apresentou um Ante-Projeto de Resolução, propondo a uniformização dos Regimentos Internos fosse analisado por cada uma das Assembleias Legislativas participantes, e que nos próximos dias 25 e 26 de setembro próximo, em Curitiba, dois membros de cada Assembleia Legislativa, reunidos pudessem opinar sobre o trabalho realizado pela Assembleia pela Assembleia de Sta. Catarina, e propor então, uma proposta unificada, à consideração da reunião de Brasília.

A Comissão que discutiu aspectos administrativos das Assembleias Legislativas, concluiu que nada mais útil do que o debate, e troca de experiências com os seus colegas do Poder Legislativo de outros Estados. Inovações introduzidas em muitas Casas de Leis, embora pareçam em primeira vista, medidas desprezíveis, na prática se revelam como utópicas e em outros casos, medidas desprezíveis, que quando aplicadas revelam-se importantes na valorização do desenvolvimento dos trabalhos legislativos. Esta Comissão, concluiu também pela troca das resoluções atualmente em aplicação, para que delas, como comentário das Mesas Diretoras, pudessem dizer da sua validade.

ou não. O I.º Encontro de Camboriú, além de produtivo, trouxe os aspectos administrativos da discussão e do debate dos problemas que dizem respeito aos Legislativos. Ao seu final, aprovou uma Carta Política, subscrita pelos quatro Presidentes das Assembléias Legislativas dos Estados mais meridionais da Nação. Para conhecimento do Plenário, permitir-me-ei fazer a leitura do documento que considero importante, como tomada de posição.

(Lendo):

DECLARAÇÃO DE CAMBORIU

Reunidos em Balneário Camboriú (SC), de 13 a 15 de agosto de 1971, no I.º Encontro Regional de Presidentes de Assembléias Legislativas, para estudar e acertar medidas de atualização e adequação do Poder Legislativo ao espírito do nosso tempo, os Presidentes das Assembléias Legislativas dos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo resolvem

D E C L A R A R

I — Integral e irrestrita confiança nos princípios que inspiraram o Movimento Revolucionário de Março de 1964, de combate à corrupção e à subversão, de independência política, de implantação do processo de desenvolvimento e de justiça social bem como na ação do Eminentíssimo Senhor Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici, no sentido de assegurar a realização desses mesmos princípios;

II — Absoluto acatamento aos princípios democráticos, de pluralidade dos partidos políticos e de garantia dos direitos fundamentais do homem; ao sistema representativo de Governo e à Instituição Parlamentar;

III — Inteira observância do princípio da independência e harmonia dos poderes, no sentido de fazer com que o Poder Legislativo colabore, propondo, emendando e aprovando, no processo de desenvolvimento e de justiça social por que passa o País;

IV — A conveniência de fazer com que os resultados do presente Encontro sejam amplamente divulgados, dando-se conhecimento deles às autoridades federais, estaduais e municipais, para que os seus desideratos possam ser integral e generalizadamente alcançados;

V — A imprescindibilidade de todos os Deputados Estaduais, no exercício do seu mandato, continuarem guardando atitude que eleve e dignifique as Casas Legislativas e projete uma imagem positiva das Assembléias no seio da opinião pública e

VI — A necessidade de sensibilizar as demais Assembléias Legislativas para promoverem, nas suas regiões geo-políticas, reuniões da mesma natureza e objetivo do presente Encontro, a fim de estabelecer os aspectos constitucionais e regimentais, pertinentes ao Poder Legislativo, a serem tratados numa grande reunião de Presidentes das Assembléias Legislativas de todos os Estados brasileiros, a realizar-se oportunamente.

Balneário Camboriú (SC), em 15 de agosto de 1971.

Wilson Fortes

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Nelson Pedrini

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Sta. Catarina

Solano Borges

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do R. G. do Sul

Jacob Pedro Carolo

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de S. Paulo

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a cópia legítima do que foi o I.º Encontro de Presidentes das Assembléias Legislativas do Sul do País, realizado no vizinho Estado de Santa Catarina.

E para que todos os Deputados possam estar munidos da documentação que considero de importância na valorização do Poder Legislativo, endereça

À Mesa requerimento para, ouvido o Plenário, seja feita a transcrição nos Anais desta Casa da Carta de Camboriu, documento que retrata com fidelidade as altas decisões de interesse comum das Assembleias Legislativas do Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul, adotadas em clima de superior entendimento e harmonia e evidenciadoras da sensibilidade das realidades que as envolvem como forças representativas do regime.

Requeiro, outrossim, que da decisão da Casa seja dado conhecimento às Presidências dos Legislativos co-irmãos, para os devidos fins e efeitos.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Estava aguardando V. Exa. concluir o relatório sobre o Encontro de Camboriu, do qual participei como V. Exa., para registrar nosso ponto de vista sobre o Encontro. Nós participamos, como participaram as Lideranças do MDB dos Estados do Paraná e de São Paulo, e também as lideranças da ARENA dos Estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, Paraná e São Paulo. E como diz V. Exa., tudo transcorreu num clima de harmonia, voltado ao trabalho. E naquele Encontro nós verificamos, Srs. Deputados, o nítido divisor das idéias políticas, quando da tese e do relatório sobre a tese do Paraná, aliás, a única tese de profundidade apresentada nesse Encontro.

Quero, neste particular, congratular-me com a Mesa, pelo seu Presidente Wilson Fortes, com V. Exa., com os Deputados Antônio Lopes Júnior e João Mansur, que compareceram ao Encontro, e pela importância da tese apresentada. Porque ela é, na verdade, uma tentativa de ração, de protesto às prerrogativas dos Legislativos. Prerrogativas que foram tiradas dos Legislativos pelo próprio Governo da Revolução.

De certa forma a tese contraria os princípios políticos do Governo Revolucionário. E eu quero, por esta razão, congratular-me com a Assembleia Legislativa do Paraná, por esta atitude, não de desafio, mas enérgica, demonstrando a necessidade de serem devolvidas aos Legislativos, as prerrogativas, que outras não são do que prerrogativas do próprio povo, para que os Legislativos participem no processo de alteração à Constituição Federal.

Assim, sr. Deputado, houve, nesse Encontro, no nosso modo de ver, um encontro de correntes de opiniões.

Quanto a esse requerimento, nobre Deputado, que V. Exa. acaba de ler, hipoteco inteira solidariedade, mas, na verdade, nobre Deputado, ele conflita um pouco com o espírito da tese. A tese é contrária ao espírito revolucionário. Ela propõe a alteração de um "Status quo". De forma que queria deixar consignado meu ponto de vista a esse respeito.

Sr. Deputado, discordei, também, da maneira de ver as coisas do Presidente da Assembleia gaúcha. Ele tem a mentalidade de deixar correr para ver o que acontece". E nós representamos uma mentalidade diferente, queremos violentar sem fazermos violência. Mas, queremos alterar com um pouco mais de pressa, para que retorne a normalidade política em nosso País.

Era este o aparte que desejava oferecer a V. Exa., no momento que V. Exa. faz o relato sobre o Encontro.

O SR. IVO TOMAZONI — Agradeço a V. Exa., nobre Deputado, que permitiu a oportunidade para que, desta Tribuna, eu testemunhasse aos srs. Deputados, o valor da participação, não só de V. Exa., que atuou de maneira significativa, valorizando o encontro, erguendo sua voz de homem independente e afeito às lutas democráticas.

V. Exa. demonstrou naquele Encontro o valor da representação paranaense na discussão de matéria de tanta importância para a consolidação do regime democrático.

O Líder da ARENA, e Líder do governo nesta Assembleia, Deputado João Mansur, nos pronunciamentos que fez naquele conclave, evidenciou também a posição da ARENA e do Governo paranaense, dando com clareza cristalina sua opinião, emitindo, registrando o que no Paraná se faz, no sentido de ajudar o desenvolvimento nacional.

• O Deputado Antônio Lopes Júnior, integrando duas comissões de estudo de problemas constantes da agenda, houve-se também airoosamente. Devo salientar que as conclusões oferecidas nas Comissões, pela Bancada paranaense, foram aceitas, consideradas como válidas e oportunas as discussões.

O Sr. Deputado Quielso Crisóstomo da Silva, 2.º Secretário e participante do Encontro, também de maneira elogiosa participou do conclave.

Nosso Presidente, chefe natural de nossa Delegação, soube, na participação do Paraná no Encontro de Presidentes de Legislativo do Sul do País, evidenciar maturidade política, descortínio e, acima de tudo, bom senso no encaminhamento dos problemas levados à consideração do Plenário. Soube o sr. Deputado Wilson Fortes dignificar a nossa representação, soube nos conduzir a nós, Deputados, e aos assessores legislativos que nos acompanharam, de modo a caracterizar o espírito de participação do Paraná no processo que se pretende seja de reforma legislativa, condizente com o valor das representações do povo.

Devo, neste instante, enaltecer o trabalho da assessoria dos funcionários desta Casa, que estiveram permanentemente ao lado dos Srs. Deputados, assessorando-os no sentido de que as teses em discussão tivessem, da parte dos representantes paranaenses, uma defesa objetiva, como realmente pudemos oferecer.

Aos membros do GAT, portanto, aos Diretores de Departamento, aos Assessores Legislativos, aos Assessores de Gabinete, aqui fica registrado o agradecimento dos Deputados participantes daquele Encontro.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, no Grande Expediente, Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Deputado Ivo Tomazoni fez um relato completo dessa reunião realizada em Camboriú, onde estiveram presentes Delegações de 4 Assembléias Legislativas.

Quero aproveitar esta oportunidade para avisar meus colegas que nos dias 25 e 26 de setembro realizaremos nesta Casa, uma reunião de comissões dessas mesmas Assembléias para esboço de uma tentativa de unificação dos Regimentos Internos das Assembléias.

Peço a colaboração de todos os srs. Deputados que desejarem contribuir para que a nossa Assembléia e possivelmente várias outras tenham um Regimento Interno consentâneo com a realidade do momento e à altura das altas funções legislativas das Assembléias.

O encontro em Camboriú valeu pela iniciativa. Tive a grande satisfação de ver uma proposta minha aprovada no sentido de que os encontros sejam anuais e permanentes. Desta maneira teremos a oportunidade de, uma vez por ano, reunir numa cidade do Brasil, em pontos diferentes as Assembléias Legislativas do País. Esta será uma oportunidade extraordinária, de vez que geograficamente somos isolados, cada Estado trabalho dentro de suas fronteiras com seus problemas. Verificamos, entretanto, que os problemas se resumem quase todos nas mesmas tentativas de sobrevivência e de elevação de seus Estados. Nada mais justo, portanto, que as Assembléias se reúnam, pelo menos, uma vez por ano espiritualmente e fisicamente através de seus membros para uma tomada de posição. Assim os srs. Deputados Estaduais deixarão de se integrar apenas em seus problemas restritamente regionais para conhecerem, mais de perto, o Brasil e para conhecerem os problemas nacionais. Somos todos iguais e temos problemas idênticos. Devemos, portanto, procurar soluções idênticas.

Neste instante, em que tanto se fala que estamos numa tentativa de integração nacional e total não podemos mais viver com atitudes esparsas, cada um agindo isoladamente com atitudes galináceas procurando apenas aquilo que vê em seu terreiro; teremos que ter a mentalidade da água que se eleva bem para o alto e vê todos os problemas ao mesmo tempo.

Unir os Legislativos foi o nosso objetivo. Assim teremos, com a união dos Deputados Estaduais que terão a oportunidade de se voltar para os problemas regionais e estaduais, fazer um confronto dos Legislativos Estaduais com os Congressistas do Congresso Nacional, para dar uma colaboração efetiva ao Governo da Nação e para que este País vá, realmente, para frente.

— (Sem revisão do Orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito para o Grande Expediente, Senhor Deputado Nelson Buffara.

Não estando presente o senhor Deputado Nelson Buffara e não havendo mais oradores inscritos para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 Senhores Deputados.

Sobre a mesa Projeto de Lei de autoria do sr. Nivaldo Krüger, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 33-71, fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Hospital Psiquiátrico "Cândido Berthier Fortes", de Paranavaí, uma Camioneta Willys, como especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 33-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Hospital Psiquiátrico "Cândido Berthier Fortes", de Paranavaí a camioneta Rural Willys — ano de fabricação 1.966, motor n. B. 6-267.643, chassis n. 6-8222-04927, de 6 cilindros, 90 HP, cor verde, placa n. 28-07, de propriedade do Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de agosto de 1.971.

aa) **Cândido Martins de Oliveira** — Presidente

Wilson Brandão — Relator.

Antônio Maciel

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 31-71, de autoria do dep. Fabiano Braga Côrtes, que concede a Cidadania Honorária do Paraná, ao Professor Doutor H. C. Hermann Mathias Goergen. — Parecer favorável da C. C. J. — **Com substituto. — Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 15-71, de autoria do Poder Executivo, ex-Proposição n. 58-71 — oriunda da Mensagem Governamental n. 20-71, encaminhando cópia de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a União através do Ministério dos Transportes, visando construção, transferência de acervo e indenização das obras da Estrada de Ferro Central do Paraná (Ligação Apucarana - Ponta Grossa). — Parecer favorável da C. C. J. — **Em Regime de Urgência. — Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 22-70, de autoria do dep. Olavo Ferreira, que autoriza o Poder Executivo a promover, através do Departamento de Estradas de Rodagem, o asfaltamento da estrada que liga Centenário do Sul a PR-71, passando por Miraselva. — Pareceres favoráveis da C. C. J., C. F. e C. O. P. T. C. — **Aprovado.**

la. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 65-70, de autoria do dep. Amadeu Puppi, que autoriza o Poder Executivo a considerar de Utilidade Pública, o Centro Passionista de Treinamento de Líderes, com sede na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná. — Parecer favorável da C.C.J. — Com Substitutivo Geral. — Aprovado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
PROJETO DE LEI N.º 65-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a considerar de Utilidade Pública, o "Centro Passionista de Treinamento de Líderes", com sede na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1.970.

(a) Amadeu Puppi

JUSTIFICATIVA: — O Centro Passionista de Treinamento de Líderes, fundado aos 6 de fevereiro de 1.965, na cidade de Ponta Grossa, pelo Revmo. Pe. José Maria Lovera, objetiva fins filantrópicos, de caráter educativo, cultural, beneficente e de assistência social, e visa o ensino em vários graus, a orientação profissional, amparo a juventude e assistência aos menos favorecidos pela sorte, e mais especificamente a formação de líderes para todos os setores da vida social, cultural e econômica do País, sendo que todos os serviços da instituição puramente caritativos e gratuitos. A referida entidade tem seu Estatuto devidamente registrado em Cartório competente na cidade de Ponta Grossa, (doc. anexo), merecendo portanto o integral apoio do Poder Executivo, declarando de Utilidade Pública a referida Entidade, com o que se estará fazendo inteira Justiça. Este o escopo do presente Plano de Lei, que ora submetemos a apreciação dos nobres Pares, que temos certeza darão integral apoio.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 65-70

Autor: Dep. Amadeu Puppi

Súmula: "Declara de utilidade pública o Centro Passionista de Treinamento de Líderes, com sede e fôro na cidade de Ponta Grossa".

P A R E C E R

a) O Projeto vem articulado e devidamente justificado, nos termos em que dispõe o Regimento Interno.

b) A Proposição em tela é daquelas que, por sua própria natureza, não contraria qualquer disposição de ordem constitucional e legal.

Quanto a oportunidade, convence-nos a justificativa do Autor.

c) Por outra parte, o processo está perfeitamente instruído, verificando-se que foram cumpridas todas as exigências legais.

d) Assim, pois, somos pela aprovação, desde que obedecido o substitutivo anexo:

E o parecer.

Sala das Comissões, em ... de maio de 1.971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Emílio Carazzai

Cândido Manoel Martins de Oliveira

Muggiati Filho

Acyr José

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 65-70

Súmula: "Declara de utilidade pública o Centro Passionista de Treinamento de Líderes, com sede e fóro na cidade de Ponta Grossa".
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "Centro Passionista de Treinamento de Líderes", com sede e fóro na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em ... de maio de 1.971.

aa) **Wilson Brandão** - Presidente. — **Gilberto Carvalho** - Relator. —
Emílio Carazzai. — **Cândido Manoel Martins de Oliveira**. —
Muggiati Filho e Acyr José.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 287-70, de autoria do dep. Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública, a Associação Curitibana de Ensino, desta Capital — Parecer favorável da C.C.J.
— **Aprovado**.

PROJETO DE LEI N.º 287-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública a Associação Curitibana de Ensino, sediada nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em... de outubro de 1.970.

a) **Dep. Túlio Vargas**.

JUSTIFICATIVA: — A Associação Curitibana de Ensino, que ora está pretendendo declarar-se de utilidade pública, existe há dois anos, na Capital do Estado do Paraná e presta serviços sociais à coletividade pela educação das gerações presentes e futuras do nosso Estado, conforme suas normas estatutárias que anexamos ao presente.

Concedendo bolsas de estudos aos alunos que não podem pagar as taxas fixadas, além das previstas em lei federal e colabora com entidades particulares e públicas no que tange ao ensino.

Pertence à rede estadual de ensino e está registrada na Secretaria de Educação e Cultura sob o n. 179-70.

Ao Relator para emitir novo Parecer, de acordo com o vencido. Em 30.4.71. — **Wilson Brandão** - Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 287-70

Autor: Dep. Túlio Vargas

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública, a Associação Curitibana de Ensino, desta Capital.

P A R E C E R

Muito embora a justificativa apresentada demonstre, com dados respeitáveis e razões relevantes, a necessidade e oportunidade de se criar o estabelecimento de ensino objeto deste plano de lei, somos de parecer contrário à sua aprovação, por motivos de ordem legal. E firmamos esta po-

sição não apenas em relação a este, mas igualmente a outros projetos de lei que visam a criação de novos estabelecimentos de ensino, em razão do Artigo 30, da Lei n. 4.178, de 5 de dezembro de 1.964 (Sistema Estadual de Ensino), que diz o seguinte: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura". Ora, se já existe uma lei autorizando o Poder Executivo a criar estabelecimentos de ensino tanto do nível primário, quanto do nível médio, entendemos ser totalmente desnecessário outra lei autorizatória. Além disso, se o Sistema Estadual de Ensino conferiu àquele Poder tal prerrogativa, o fez, evidentemente, com o objetivo de dar à S.E.C. o direito e, mesmo o dever, de só propor criação de novos estabelecimentos de ensino, após a verificação prévia das condições de funcionamento consentâneas com as normas emanadas do Conselho Estadual de Educação e com o próprio orçamento do Estado.

Em termos educacionais, entendemos que a criação de uma Escola de nível médio, deve respeitar um planejamento global emanado do órgão competente do Governo. Não nos reportamos apenas a questões de ordem financeira, mas, também, à disponibilidade de Professores habilitados, estatística de alunos na faixa etária correspondente e, inclusive, mercado de trabalho aos egressos de Escola que se pretende criar.

Longe de nós, entretanto, desejar excluir o legislador, o representante popular, o Deputado Estadual — que, teoricamente, é a pessoa que mais deve conhecer os problemas de sua região, bem como as necessidades fundamentais em todos os campos de atividade, inclusive e, sobretudo, o educacional, do processo de criação de novos estabelecimentos de ensino. Entendemos, apenas, que o projeto de lei, não é o caminho legal e normal, para colimar tal objetivo.

Para despertar a atenção do Poder Executivo sobre as necessidades de um município ou de uma região e, ainda, para solicitar providências ou determinadas medidas do Governo, o Regimento Interno da Casa nos indica caminhos variados, entre os quais o Requerimento e as Indicações.

Diante disso, opinamos no sentido de que o presente projeto de lei, assim como os que tratarem do mesmo assunto, ouvidos os seus autores, sejam transformados em requerimentos a serem encaminhados ao Chefe do Poder Executivo e à Secretaria de Educação e Cultura.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em...

aa) Wilson Brandão — Presidente

Cândido Martins de Oliveira — Relator — vencido

Arthur de Souza

Igo Losso

Muggiati Filho — vencido

Gilberto Carvalho

Emílio Carazzai

Sebastião Rodrigues Júnior

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 287-70

O Projeto de Lei n. 287-70, de autoria do ex-Deputado Estadual Túlio Vargas, está devidamente justificado e documentado com uma via dos Estatutos, uma fotocópia da certidão do Cartório do 1.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Capital, que comprova estar a Associação Curitibana de Ensino devidamente registrada sob n. 203 do Livro "A" de pessoas jurídicas.

Examinando as finalidades estatutárias da Associação, verificamos que ela tem por objetivo ministrar o ensino de disciplinas dos cursos secundários e médios, preparatórios e especializados art. 1.º.

No — Art. 2.º — nota-se que não tem qualquer finalidade lucrativa;
No Art. 35 — proíbe a remuneração dos Membros da Diretoria Executiva, que nada poderão receber a título de pagamento.

Verifica-se ainda que a entidade possui mais de dois anos de registro.

Assim, examinando conscientemente o mesmo, em que pese o brilhante parecer contrário do nobre Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, queremos opinar favoravelmente a aprovação da matéria, que nada colide com os dispositivos constitucionais, sendo que o projeto preenche também todos os requisitos legais.

E o Parecer...

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1.971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Losso — Relator

Maurício Fruct

Gilberto Carvalho

Acyr José

Cândido Martins de Oliveira

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 38-71, de autoria do dep. Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Alto Paraná, a Motoniveladora que especifica. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 38-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Alto Paraná a Motoniveladora marca ADAMS, Motor Grader, Diesel, tipo 550 — n. 414 de propriedade do Departamento de Assistência Técnica aos Municípios, transferida ao Departamento de Estradas de Rodagem pelo Decreto n. 24.618, de 21 de julho de 1.959.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1.971.

a) Paulo Poli

JUSTIFICAÇÃO:

A motoniveladora cuja doação propomos está abandonada, há bastante tempo, no pátio da municipalidade de Alto Paraná.

Como bem ilustram as fotografias que anexamos, a máquina referida não merece qualificação outra, presentemente, que a de ferro-velho, sucata.

Sendo já absolutamente inservível para o Estado pode, contudo ser de alguma utilidade para um Município parco de recursos como o de Alto Paraná, o que explica e justifica a presente proposição.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 38-71

AUTOR: Dep. Paulo Poli

SÚMULA: "Autoriza o Poder Executivo a doar, ao Município de Alto Paraná, a motoniveladora, na forma que especifica".

PARECER

1) O Projeto vem articulado e justificado, atendendo exigência contida no Regimento Interno.

2) Referida iniciativa não contraria qualquer preceito, quer de ordem legal, quer de ordem constitucional.

Verifica-se, por outra parte, que a matéria não é nada mais do que simples autorização legislativa.

Quanto a oportunidade, nada à opor.
Assim sendo, somos pela sua aprovação.
Sala das Comissões, em 9 de junho de 1.971.
E o Parecer.

aa) **Wilson Brandão** — Presidente
Gilberto Carvalho — Relator
Emílio Carazzai — Cândido Martins de Oliveira — Acyr José — Mugiati Filho

I — O Projeto está devidamente justificado e instruído de acôrdo com as normas que dispõe sobre iniciativas desta natureza.

II — Não fere ou contraria qualquer princípio de ordem legal ou Constitucional vigentes.

Pela aprovação.

aa) **Wilson Brandão** — Presidente
Emílio Carazzai — Relator
Maurício Fruet — Igo Losso — **Gilberto Carvalho** — **Acyr José**

1a. **Discussão** — do Projeto de Lei n. 51-71, de autoria do dep. **Maurício Fruet**, que declara de Utilidade Pública a Loja Teosófica do Paraná, com sede e fóro em Curitiba. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado**.

PROJETO DE LEI N. 51-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública, a Loja Teosófica do Paraná, com sede e fóro em Curitiba, Capital do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1.971.

a) **Maurício Fruet**

JUSTIFICATIVA:

A Loja Teosófica do Paraná, com sede e fóro na Capital do Estado do Paraná, fundada em 3 de maio de 1.930, e filiada à Sociedade Teosófica Nacional, no Brasil, e por intermédio desta, à Sociedade Internacional, com sede em Adyar, Madras, 20 — Índia, — tem por principais finalidades: Formar na Humanidade um núcleo de fraternidade Universal, sem distinção de raça, credo, sexo, casta ou côr; Estimular o estudo comparativo das religiões, filosofias e ciências; Investigar as leis não explicadas da natureza e os poderes latentes no homem.

A Loja é inteiramente alheia a qualquer espírito de seita religiosa ou filosófica e de facção política, como de classe social, e procura estudar imparcialmente as questões atinentes ao homem, sem jamais se afastar das disposições dos Estatutos das sociedades Teosóficas mencionadas.

Senhores Deputados, tendo em vista a nossa exposição constante da justificativa, contamos com o apoio dos nobres pares, e para melhor instruir nossa proposição, anexamos cópia dos Estatutos Sociais e fotocópia do Extrato dos Estatutos, publicados no Diário Oficial n. 205, de 12-11-1.965.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA **PARECER**

AO PROJETO DE LEI N. 51-71

AUTOR: Deputado **Maurício Fruet**

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública, a loja Teosófica do Paraná, com sede e fóro na cidade de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado **Igo Losso**, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 11-71. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado **Arthur de Souza**, cons-

tante do Expediente, solicitando dispensa de publicação para o Projeto de Lei n. 15-71. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivo Tomazeni, constante do Expediente, solicitando seja transcrito nos Anais da Casa a "Carta de Camboriú", documento que retrata, com fidelidade, as altas decisões de interesse comum das Assembleias Legislativas do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, adotadas em clima de superior entendimento e harmonia e evidenciadoras da sensibilidade das realidades que as envolvem como ser transcrito, acha-se publicado no final desta Ata).

torças representativas do regime. — Aprovado. (O inteiro teor do texto a

Para falar em explicação pessoal, tem a palavra o sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Ná semana anterior, o deputado Paulo Poli endereçou requerimento à Mesa, lido pelo sr. 1.º Secretário, requerimento este que preconizava a mudança da Capital, de Curitiba para Campo Mourão.

Este requerimento vai ser, segundo consta-me discutido na sessão de hoje e amanhã. Queremos marcar a nossa posição com respeito ao que denominamos "brincadeira de mau gosto", a do Deputado Paulo Poli.

Nós, a exemplo de meia dúzia de Deputados que fazem vida política intensa na Capital, também temos um certo compromisso com o povo da Capital, uma vez que aqui recebemos perto de 3.500 votos, o que nos dá condições para defendermos, não este requerimento, porque para nós isto foi, lamentando a expressão, mas o que eu sinto, foi simplesmente uma farsa usada nesta Casa de Leis. Temos sido insistentemente solicitados por amigos nossos da Capital, que nos perguntam sobre o motivo deste requerimento. Não temos o que explicar, o que responder a estes amigos, que, vez por todas, em contacto conosco, querem que respondemos o teor deste requerimento.

Nós, em princípio, Srs. Deputados, informamos aos nossos amigos que era uma brincadeira de mau gosto. No entanto, em função da especulação que houve, em função da celeuma que provocou, acreditamos ser uma farsa, um embuste contido no teor daquele requerimento. Porque quando alguém preconiza a mudança da Capital, de Curitiba para outra cidade, evidentemente, que não vai dizer que será em Campo Mourão, Ponta Grossa, Paranaíba ou em outra cidade, tem que dizer as razões, e deixar que uma comissão de alto nível estude e verifique se Curitiba não serve, serviria no Norte, Nordeste, Leste, Sul ou Litoral, sei lá o quê. O que nos levou à Tribuna, Srs. Deputados, foi apenas porque não concordamos jamais com promoções desta natureza. Entendemos que temos Compromisso com o povo e não é forma de se promover brincando-se com a opinião pública do Estado. Dou a palavra ao nobre Deputado Erondy Silvério que pediu um aparte.

O Sr. Erondy Silvério — Pedi a palavra a V. Exa., em primeiro lugar para agradecer a V. Exa. que também é um Deputado por Curitiba, porque a votação de V. Exa. na Capital tem sido expressiva, mas quero agradecer a solidariedade de V. Exa. Não vamos entrar no mérito do requerimento do sr. Paulo Poli, eis que o mesmo se encontra ausente.

O SR. NELSON BUFFARA — Estava presente quando anunciei que ia falar sobre o assunto no Plenário.

O sr. Erondy Silvério — Mas se encontra no momento, aumenta do Plenário, mas nós agradecemos a oportunidade do aparte que V. Exa. nos concedeu para, neste momento, fazer justiça a S. Exa. O sr. Governador do Estado, porque fui injusto com S. Exa. quando da apresentação do requerimento. Sinceramente, achei que o Sr. Governador estava por traz da manobra política. Porque eu não vejo razões aplausíveis para que o nobre Deputado Paulo Poli apresentasse um requerimento daquela natureza, porque esta Casa aqui é uma Casa de respeito, de seriedade, e aqui nós não podemos levar em conta, como V. Exa. está levando em conta de brincadeira, salvo-se, atrás do requerimento de S. Exa., houvesse uma manobra

governamental. O nobre Deputado Paulo Poli é Vice-Líder desta Casa e tem se portado de maneira brilhantíssima nas funções que desempenhou, mas o aparte que quero oferecer a V. Exa. é para nos congratularmos com S. Exa. o Sr. Governador, nós que tantas restrições fizemos a S. Exa., queremos, desta vez, aplaudi-lo publicamente, porque o Governador Haroldo Leon Pereira, em nota oficial, disse que estava empenhado na construção do Paraná e que não tinha tempo a perder em matéria daquela natureza, desautorizando, portanto, que se falasse em nome do Governador do Estado para a mudança da Capital. Isto nos conforta, nos alenta e nos deixa despreocupados, porque sabemos que o Sr. Governador não iria se embranhar numa aventura louca como esta da mudança da Capital. Portanto, a palavra do Governo oficialmente se fez sentir e com ele nos congratulamos, porque não é hora de gastar o dinheiro tão necessário a obras de infra-estrutura no Paraná, numa aventura louca, ainda mais se usando argumentos que se usou na oportunidade, uma vez que o problema da transferência da Capital é um problema de segurança interna. Isto se aplicou na Capital Federal porque vem da Constituição de 1894 já, e o que o sr. Juscelino Kubitschek fez foi cumprir a Constituição de 1954 e seguinte. Todas elas inseriram a obrigatoriedade da mudança da Capital para o Planalto Central. Agradeço o aparte de V. Exa. e, na oportunidade da discussão do requerimento, vamos rebater um a um os argumentos alinhados pelo nobre Deputado Paulo Poli.

O SR. NELSON BUFFARA — Agradeço o aparte do nobre Deputado Erondy Silvério, inclusive fazendo justiça, como ele diz, ao Sr. Governador, porque, segundo soubemos, através da nota oficial, emitida pelo Sr. S. Exa. repudiou este requerimento e acreditamos que isto foi puramente sensacionalista e alcançou seus desígnios. O impacto causado foi o melhor possível. Nosso repúdio a tal forma de sensacionalismo e promoção, uma vez que a sensação que causou à opinião pública foi enorme, mas que consistiu de um requerimento que tinha o seu conteúdo uma brincadeira de mau gosto, como disse V. Exa. o nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência, tendo em vista os Relatórios apresentados pelo Deputado Ivo Tomazoni, pelo sucesso de nossa Delegação ao Primeiro Encontro de Presidentes de Assembleias do Sul do País, solicita o Sr. Primeiro Secretário que baixe Portaria, louvando os Funcionários que colaboraram na elaboração e assessoramento da Delegação, anotando em suas fichas funcionais, pois colaboraram com extraordinária felicidade.

Os funcionários: Reginaldo Fanchin, Enio Medeiros, Julio Xavier Vianna, José Tavares do Canto Filho, Edgar Távora Júnior e Luiz Fernando Kosop.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 17, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Redação Final — do Projeto de Resolução n. 15-71;

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 22-70;

2a. Discussão — do Projeto de Lei ns. 65-70, 287-70; 38-71, 51-71;

1.ª Discussão — dos Projetos de Lei ns. 55-71; 56-71.

Levanta-se a sessão.

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.a LEGISLATURA — 1.a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 20.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, na Sala das Comissões, às quinze horas, reuniu-se a Comissão de Redação Final, sob a presidência do senhor deputado Mauricio Fruet, Vice-Presidente da referida Comissão. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do

Dia, quando o senhor deputado Wilson Brandão apresentou redação final aos seguintes projetos :

PROJETO DE LEI N.º 257-70 — de autoria do senhor deputado Erondy Silvério, que declara de utilidade pública a Central de Voluntários do Paraná, desta Capital.

PROJETO DE LEI N.º 237-70 — de autoria do senhor deputado Jorge Sato, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio através do Departamento de Estradas de Rodagem, com o município de Maringá, para proceder o asfaltamento do trecho entre a Avenida Brasil e a Rodovia PR-13.

PROJETO DE LEI N.º 103-71 — de autoria do senhor deputado Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo a declarar de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Pinhais, município de Piraquara. **APROVADAS.**

Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada por mim e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) **Maurício Fruet** — Presidente

Lélio Guimarães Sotomaior — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 103/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Pinhais, município de Piraquara.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1971.

(aa) **Maurício Fruet** — Presidente

Wilson Brandão — Relator

Relator

Jorge Sato

Santos Lima

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 237/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a firmar, através do Departamento de Estradas de Rodagem, convênio com o município de Maringá para proceder aos serviços de pavimentação asfáltica do trecho compreendido entre a Avenida Brasil, da sede daquele Município e a Rodovia PR-13.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1971.

(aa) **Maurício Fruet** — Presidente

Wilson Brandão — Relator

Jorge Sato

Santos Lima

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 257/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Central de Voluntários do Paraná (CEVOPAR), com sede e fóro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1971.

(aa) **Maurício Fruet** — Presidente

Wilson Brandão — Relator

Jorge Sato

Santos Lima

COMISSÃO DE FINANÇAS

ATA DA 10.a REUNIÃO ORDINÁRIA

1.a SESSÃO LEGISLATIVA — 7.a LEGISLATURA

Aos doze dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e um, reuniu-se na Sala das Comissões, após a sessão plenária, a Comissão de Finanças, sob a Presidência do senhor deputado Leopoldo Jacomel, contando com as presenças dos senhores deputados: Santos Lima, Paulo Poli, Ovidio Franzoni, Fuad Nacli e Mauricio Fruet. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 471-67 — de autoria do senhor deputado Wilson Fortes, que cria na cidade de Loanda o curso científico para funcionar no próximo ano letivo, e dá outras providências. Relator senhor deputado Ovidio Franzoni, parecer favorável — Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 440-68 — de autoria do senhor deputado Amadeu Pupi, que autoriza o Poder Executivo conceder uma pensão mensal de Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros) à Etelvina da Cruz Marcondes, viúva do ex-funcionário do Departamento de Obras e Viação. Relator senhor deputado Santos Lima, parecer favorável — Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 102-70 — de autoria do senhor deputado Paulo Poli, que cria uma Circunscrição de Trânsito em Marechal Cândido Rondon, com jurisdição nos municípios de Toledo, Assis Chateaubriand, Palotina, Terra Roxa e Guaira. Relator senhor deputado Gabriel Manoel, parecer favorável — Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 150-70 — de autoria do senhor deputado Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo a transferir à Café do Paraná, as ações que especifica. Relator senhor deputado Santos Lima, parecer favorável — Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 152-70 — de autoria do senhor deputado José Alencar Furtado, que autoriza o Poder Executivo a criar na cidade de Paranavaí, uma escola técnica, destinada a aprendizagem industrial, sob regime de fundação e dá outras providências. Relator senhor deputado Paulo Poli, parecer favorável — Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 176-70 — de autoria do senhor deputado Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo a criar um Colégio Comercial Estadual em Guaranicão e dá outras providências. Relator senhor deputado Mauricio Fruet, parecer favorável — com substitutivo — Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 177-70 — de autoria do senhor deputado Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo a criar um Colégio Comercial Estadual em Santa Cecília do Pavão, e dá outras providências. Relator senhor deputado Mauricio Fruet, parecer favorável — com substitutivo — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 197-70 — de autoria do senhor deputado Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica de Comércio em Jussara e dá outras providências. Relator senhor deputado Santos Lima, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 199-70 — de autoria do senhor deputado Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica de Comércio em Mamborê e dá outras providências. Relator senhor deputado Ovidio Franzoni, parecer favorável — Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 204-70 — de autoria do senhor deputado Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Educacional Faculdade de Ciências Econômicas, na sede do município de Assaí e dá outras providências. Relator senhor deputado Mauricio Fruet, parecer favorável — Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 206-70 — de autoria do senhor deputado Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo a criar um curso ginásial em Sapopema e dá outras providências. Relator senhor deputado Mauricio Fruet, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 217-70 — de autoria do senhor deputado Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo a criar um curso colegial, em Mandaguçu e dá outras providências. Relator senhor deputado Paulo Poli, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 221-70 — de autoria do senhor deputado João Mansur, que autoriza

o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual em Vila Nova do Pinhão. Relator senhor deputado Maurício Fruet, parecer favorável — Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 239-70 — de autoria do senhor deputado Pinto Dias, que cria uma Escola Comercial Estadual, no município de Terra Rica. Relator senhor deputado Paulo Poli, parecer favorável — com substitutivo — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 244-70 — de autoria do senhor deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo a criar uma escola normal, de grau colegial, em Adrianópolis. Relator senhor deputado Ovidio Franzoni, parecer favorável — Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 246-70 — de autoria do senhor deputado Olivio Belich, que autoriza o Poder Executivo a criar um ginásio estadual em Estação Platina, distrito de Santo Antonio da Platina e dá outras providências. Relator senhor deputado Maurício Fruet, parecer favorável — Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 250-70 — de autoria do senhor deputado Wilson Fortes, que cria uma Inspetoria Regional de Ensino, com sede em Rondon, com jurisdição nos municípios que especifica. Relator senhor deputado Paulo Poli, parecer contrário — Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 252-70 — de autoria do senhor deputado Wilson Fortes, que cria um ginásio estadual, em Santo Antonio do Caiuá. Relator senhor deputado Paulo Poli, parecer favorável — Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 273-70 — de autoria do senhor deputado Wilson Fortes, que cria o ginásio estadual de Peróbal, distrito de Umuarama. Relator senhor deputado Ovidio Franzoni, parecer favorável — Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 292-70 — de autoria do senhor deputado Wilson Fortes, que cria a Escola Comercial de São Carlos do Ivaí, para funcionar a partir do próximo ano letivo. Relator senhor deputado Santos Lima, parecer favorável — Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 295-70 — de autoria do senhor deputado Luiz Renato Malucelli, que cria um curso científico no Ginásio de Colombo. Relator senhor deputado Maurício Fruet, parecer favorável — Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 14-71 — de autoria do senhor deputado Gilberto Resende de Carvalho, que através do Departamento de Estradas de Rodagem, firma convênio com os municípios de Marumbi e Cambira, para execução de uma ponte sobre o Rio Marumbi. Relator senhor deputado Paulo Poli, parecer favorável — Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 23-71 — de autoria do senhor deputado Emilio Carazzai, que, assegura percepção de pensão mensal à viúva de ex-Governador, na proporção de 1/3 (um terço) dos vencimentos de Secretário de Estado, como especifica. Relator senhor deputado Maurício Fruet, parecer favorável — Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 35-71 — de autoria do senhor deputado Domicio Scaramella, que, autoriza o Poder Executivo a criar, no município de "União da Vitória" um curso técnico agrícola, para funcionar a partir do próximo ano letivo. Relator senhor deputado Santos Lima, parecer favorável — Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 37-71 — de autoria do senhor deputado Igo Iwant Losso, que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) a Palmiro Ferreira. Relator senhor deputado Paulo Poli, parecer favorável, com substitutivo — Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 77-71 — de autoria do senhor deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo a proceder aos serviços de ampliação do prédio do Grupo Escolar "Prieto Martinez", com sede nesta Capital. Relator senhor deputado Paulo Poli, parecer favorável — Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 91-71 — de autoria do senhor deputado Acyr José, que autoriza o Poder Executivo, a criar um ginásio estadual no bairro de Pinheirinho, nesta Capital, para funcionar anexo ao Grupo Escolar "Professor João Loyola". Relator senhor deputado Gabriel Manoel, parecer favorável — Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

(aa) Leopoldo Jacomel — Presidente

Feresinha B. de Moura e Claro — Secretária